

Liberação de cargas demora até 35 dias

Audidores fiscais da Receita Federal seguem com operação padrão

ÁGATA LUZ
DA REDAÇÃO

A operação padrão dos auditores fiscais da Receita Federal ocorre há mais de cinco meses e, sem perspectiva de acordo com o Governo Federal, afeta cada vez mais a liberação de mercadorias no Porto de Santos. Cargas de exportação, cujo despacho levava dois dias, hoje são liberadas em 35 dias. Já o processo de importação, que antes acontecia em três dias, atualmente leva 22 dias.

Os dados são do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) de Santos, que manterá o movimento que atrasa a liberação de cargas até que haja avanço na negociação com o Governo Federal. Ontem, os líderes da operação padrão se reuniram em Foz do Iguaçu (PR), onde o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o secretário da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes, cumpriram agenda.

Houve tentativa de encontro, sem sucesso.

"Não há nenhuma expectativa da operação terminar, pelo contrário, ela deve aumentar", explica o presidente do Sindifisco de Santos, Elias Carneiro Júnior, sobre o movimento iniciado em 23 de dezembro. De acordo com ele, o Governo Federal não se manifestou sobre o tema. "Estamos na estaca zero. Para piorar, o governo promete uma série de coisas para outras carreiras e também não cumpre".

Entre os pleitos dos auditores fiscais, estão a recomposição do orçamento da Receita Federal, a abertura de concurso público e o cumprimento de um acordo firmado com a União em 2016, que prevê o pagamento de bônus variável aos profissionais.

CONSEQUÊNCIAS

O atraso na liberação de mercadorias coloca em ris-

co diversos setores que dependem da importação e exportação. A Tribuna já noticiou a preocupação dos exportadores de grãos e do setor de eletrodomésticos com o assunto. Agora, a indústria de poliestireno (material sintético semelhante ao acrílico) informa que haverá redução da produção devido aos problemas com liberação de cargas.

Essa situação fez o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, enviar ofícios ao Ministério da Economia e à Receita Federal. Porém, não houve retorno. "Os auditores relatam que o movimento tende a crescer e endurecer o desembaraço de mercadorias, provocando caos logístico e despesas extras, como armazenagem, estadia de contêineres, perda de contratos e repasse no custo final do produto ao consumidor".



O maior atraso no Porto de Santos devido à operação padrão envolve as cargas para exportação: 35 dias

O diretor-executivo do Sindamar enfatiza que muitas empresas reclamam da lentidão no recebimento de equipamentos de produção e há um clima de desconfiança se os produtos serão desembarcados rapidamente - em caso negativo, há risco de falta de insumos e interrupção da produção.

Roque diz que a permanência do movimento por mais tempo "provocará um desbalançamento na logística de equipamentos, com

falta de contêineres para as cargas de exportação, já que as caixas metálicas estão demorando a serem desembarcadas na importação".

O presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbatto, encaminhou ofícios ao Ministério da Economia e à Casa Civil da Presidência da República, mas não obteve resposta. "Infelizmente, seguimos com problemas na libera-

ção de cargas e o consequente aumento dos custos de armazenagem".

NOTAS

Procurado, o Ministério da Economia não comentou as críticas à União. Também em nota, o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) afirmou acompanhar a situação, mas não vê as operações no Porto de Santos fora da normalidade no momento.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Porto & Mar Caderno: B Pagina: 5